

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES UNIVERSITÁRIAS LGBTQIA+

**BRÍGIDA DA PENHA FERRAZ^{1,2*}, INAIA APARECIDA DE ALMEIDA³, CLAUDIO
CLAUDINO DA SILVA FILHO^{2,4}**

1 Introdução

A violência contra a mulher é considerada uma das grandes questões da contemporaneidade. Apesar dos progressos já alcançados nesse campo, muito empenho ainda é necessário para alteração da realidade atual. Esse fato pode ser visualizado pelo crescente número de vítimas, principalmente quando se refere a mulheres LGBTQIAPN+, pelas lacunas nas notificações, que desconsideram informações quanto a identidade de gênero e orientação sexual das vítimas e pelo silenciamento e camuflagem dessas violências em determinados espaços sociais, como nas universidades (Carvalho; Laguardia; Deslandes, 2022). Ao se tratar das instituições de ensino superior, é preciso levar em conta que, apesar do propósito dessas instituições, de transformadoras da realidade social, as mesmas ainda se configuram como espaços onde são reproduzidas as hierarquias de gênero, o binarismo e a inferiorização e hostilização, de maneira implícita ou explícita, daqueles que destoam da heterocisnormatividade. Entretanto, apesar do conhecimento desses fatos, a violência contra mulheres nas universidades, principalmente de mulheres LGBTQIAPN+, permanece como uma discussão silenciada e camuflada que carece de atenção e resguardo, pela sua recorrência, subnotificação e consequências (Lima et al., 2020).

2 Objetivos

Reconhecer as violências perpetradas contra mulheres universitárias LGBTQIAPN+.

¹ Acadêmica do curso de medicina, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus Chapecó*, contato: brigidaferraz00@gmail.com

² Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa em Educação Popular e Formação em Saúde e Enfermagem

³ Acadêmica do curso de medicina, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus Chapecó*

⁴ Enfermeiro. Doutor em enfermagem. Docente do curso de Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus Chapecó*, **Orientador**.

3 Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório. Participaram do estudo mulheres matriculadas em algum curso do ensino superior. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, através do recurso Google Forms®, e os dados foram analisados por meio do método de análise de conteúdo, proposto por Bardin. Participaram da pesquisa 34 mulheres universitárias, matriculadas em seis diferentes instituições de ensino superior, sendo três de âmbito privado e três públicas, localizadas nas regiões sul, sudeste e nordeste do país. O presente estudo consiste em um subprojeto que integra o projeto de pesquisa guarda-chuva intitulado “As pessoas Trans e seus itinerários no Sistema Único de Saúde (SUS): em busca do Direito de (re)existir”. O projeto foi aprovado em 02/09/2019 pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), parecer nº 3.547.323, CAAE nº 19369019.8.0000.5564.

4 Resultados e Discussão

A análise dos resultados possibilitou a construção de três categorias, por meio das quais os dados foram apresentados e discutidos. Na primeira categoria, “realidade enfrentada pelas mulheres universitárias LGBTQIAPN+ no contexto estudantil”, foi visto que 67,6% das participantes já sofreram algum tipo de violência. No entanto, em relação ao sentimento de estarem seguras dentro do campus, 67,6% também responderam que se sentem seguras, gerando, à princípio, uma contradição. Contudo, essa incoerência passou a fazer sentido quando a análise da violência sofrida foi esmiuçada, pois os tipos psicológica e moral foram os mais frequentes nas falas das entrevistadas. A constatação de que a maioria das entrevistadas compartilharam do sentimento de estarem em segurança no campus, apesar de já terem sofrido algum tipo de violência, pode ser explicada pela banalização de alguns tipos de violência, como a psicológica e a moral, descritas como violências simbólicas. Por se tratar de formas mais sutis de violências, que não deixam marcas físicas no corpo, acabam passando uma falsa sensação de segurança para as vítimas, que, devido a recorrência das manifestações, se “acostumam” a conviver com elas (Moretti-Pires; Vieira; Finkler, 2022). No que diz respeito ao agressor, os principais relatos obtidos citavam alunos do mesmo curso, seguido de professores, alunos de outros cursos, desconhecidos e outro funcionário da instituição de ensino, nesta ordem. Já em relação ao local

onde o evento aconteceu, a sala de aula foi considerada o local mais violento. Ao relacionar os dados quanto ao local com maior predomínio de violências e os autores da violência, entende-se que os docentes são responsáveis por grande parte delas, principalmente ao se tratar da violência simbólica, pois muitos desses profissionais trazem toda a influência da moralidade social para dentro das salas de aula (Moretti-Pires; Vieira; Finkler, 2022). Já na segunda categoria, “realidade das instituições de ensino superior brasileiras”, foi possível constatar que a precariedade de políticas e ações para intervir nessa realidade ainda é uma realidade em grande parte das instituições de ensino brasileiras e que o sentimento das universitárias é de desamparo. Quando as entrevistadas foram questionadas sobre o conhecimento da existência, em suas respectivas instituições de ensino, de algum serviço direcionado ao enfrentamento da violência e ao suporte às vítimas, “não sei/desconheço/não faço ideia/acho que não/nunca ouvi falar/não possui” foram as afirmações mais recorrentes. Já acerca da atitude da vítima após ter sofrido a violência, foi visto que “não contei a ninguém” e “não fiz nada” foram as colocações mais frequentes. A afirmação de que “não vale a pena denunciar” também apareceu em algumas falas. Essas constatações vão ao encontro do levantamento realizado pelo Intercept Brasil (2019) com o objetivo de conferir se existem nas instituições de ensino brasileiras políticas para lidar com os casos de violência contra mulheres. Das 122 universidades procuradas, a maioria não possuía políticas internas estruturadas para este fim, mas apenas poucas diretrizes abstratas, sem protocolos específicos. Por fim, na categoria “o que as mulheres universitárias LGBTQIAPN+ esperam das instituições de ensino”, foi visto que, apesar da situação atual, as estudantes ainda acreditam que as universidades possam assumir seus papéis de promotoras de mudanças sociais. Para isso, elas esperam que as instituições acolham as vítimas, criem protocolos para condução dos casos, punam os agressores e implementem projetos educativos voltados à desconstrução do preconceito. Em relação às expectativas, Dias (2023) acredita que as instituições de ensino superior, além de implementarem serviços bem estruturados para o atendimento das demandas já citadas, precisam se posicionar, fazer uso do potencial inerente a elas, por atuarem na formação cidadã, para promover e ampliar a implementação de práticas inclusivas, combater a falta de informação e o estigma, mobilizando seu corpo docente e discente para o combate ao preconceito e violência lgbtqia+fóbica.

5 Conclusão

Conhecer a realidade enfrentada pelas mulheres LGBTQIAPN+ nas instituições de ensino superior é primordial para que debates sejam realizados e mudanças implementadas. Com o estudo foi possível confirmar a realidade violenta enfrentada durante a vida acadêmica e a ausência de políticas e ações destinadas a mudança desse contexto. Diante disso, acredita-se que este estudo possa colaborar com a mudança dessa realidade ao dar visibilidade ao problema e ao estimular a mobilização dos representantes das universidades brasileiras para que se posicionem efetivamente contra a desinformação, preconceito e, principalmente, contra a violência. Espera-se também oferecer um direcionamento para as universidades, que ao conhecer os anseios do seu público, possam se adequar para melhor acolhê-lo. Dessa forma, espera-se que a permanência digna se torne parte da realidade do direito à educação que vem sendo conquistado pelas populações historicamente invisibilizadas em nosso país.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, E. F. M.; LAGUARDIA, J.; DESLANDES, S. F. Sistemas de informação sobre violência contra mulheres: uma revisão integrativa. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 27, n. 04, p. 1273-1287, abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.08722021>.

DIAS, P. R. M. **A invisibilidade do sujeito LGBTQIA + nas estratégias discursivas de universidades públicas maranhenses: identidades e representações em perfis de mídias sociais**. 2023. 175 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2023.

LIMA, R. R. et al. Violência contra as mulheres na universidade: uma discussão silenciada. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, v. 1, n. 1, 2020.

MORETTI-PIRES, R. O.; VIEIRA, M.; FINKLER, M. Violência simbólica na experiência de estudantes universitários LGBT. *Saúde e Sociedade*, v. 31, p. e200662pt, 2022.

SAYURI, J.; SICURO, R. Abusos no campus. *The Intercept Brasil*. 2019. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/>.

Palavras-chave: Universidades; Saúde Pública; Minorias Sexuais e de Gênero; Violência contra a Mulher; Violência.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES 2023 - 0548

Financiamento: UFFS.